

Cursos Superiores de Turismo & Enade: uma abordagem do desempenho acadêmico

Maria da Graça Gomes Ramos¹
Tania Elisa Morales Garcia.²

Resumo:

Nos últimos anos, os cursos de graduação em turismo vem sendo alvo de reflexões tornando-se a qualificação do bacharel em turismo, assunto debatido recorrentemente em eventos científicos. A obtenção do grau de bacharel em turismo deve ser garantia de que o acadêmico teve acesso ao conhecimento na área e de que, potencialmente, tem competência no *saber fazer*. O *saber fazer* está ligado ao domínio dos conhecimentos teóricos científicos e técnicos da área. Desse modo, o presente estudo propõe-se a apresentar algumas reflexões sobre o desempenho dos Cursos da área de Turismo no Brasil, tomando como base os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-Enade/2012. As informações constantes do relatório do Enade/2012 apontam que em todas regiões do Brasil, tanto nas instituições privadas como nas públicas, o conceito 3 foi prevalente nos cursos. Dos 191 Cursos de graduação participantes do Enade, a predominância foi de cursos pertencentes a IES privadas que concentraram 76,9% de cursos dessa natureza. Os alunos de IES Públicas alcançaram média maior que a dos alunos de IES Privadas. De maneira geral observou-se um melhor desempenho das IES públicas em relação as privadas. Os resultados do Enade /2012, contribuíram para evidenciar que o ensino superior em turismo no Brasil apresenta cursos que já estão consolidados, com propostas político pedagógicas de qualidade e cursos que se encaminham para a consolidação, que ainda necessitam de políticas acadêmicas e ações pedagógicas nas IES, capazes de melhorar a qualidade do ensino ofertado.

Palavras-chave: Cursos de Turismo. Enade. Desempenho Acadêmico

Introdução

O Turismo como área de estudo, vem se ampliando ao longo do tempo, conquistando espaços na academia através do crescente número de pesquisas desenvolvidas e do interesse de pesquisadores em discutir temas inerentes a esse campo.

Em se tratando do ensino superior de turismo no Brasil, o mesmo constitui uma atividade relativamente nova, uma vez que seu enquadramento como curso de graduação ocorreu a partir da década de 1970. Desde então, os cursos implantados já passaram por distintas fases, sofrendo mudanças que adequassem o ensino ofertado à realidade da sociedade brasileira. Esses cursos apresentaram uma forte expansão nas décadas de 1990-2000 com um crescimento significativo de abertura de cursos superiores de turismo em todo o território brasileiro. No entanto, esse movimento de expansão altera-se, mostrando uma redução na oferta de cursos superiores na

¹ Doutora em Educação- Professora Associado da Universidade Federal de Pelotas/UFPel: mggramos@gmail.com

² Doutora em Educação- Professora Associado da Universidade Federal de Pelotas/UFPel: tanisa@uol.com.br

área. Verifica-se o fechamento de vários cursos de Turismo no país, evidenciando um excedente na oferta dos mesmos.

No cenário atual, as transformações das profissões ocorrem de maneira cada vez mais acelerada e isso traz a necessidade de implementar modificações na forma de conduzir a formação acadêmica, promovendo modificações no que e como ensinar. Hoje a formação profissional deve prover as pessoas de competências, de mobilização de saberes, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, capazes de dar conta de uma realidade cada vez mais complexa.

A educação superior do século XXI exige uma formação que atenda o cenário do contexto social globalizado, requerendo de seus membros uma postura reflexiva, habilidades e competências próprias para vencer a problemática do mundo do trabalho e ao mesmo tempo demanda que os sujeitos se desenvolvam como cidadãos autônomos.

No que diz respeito ao campo do Turismo, há diversos questionamentos em relação ao conhecimento científico e metodologias próprias de interpretação do fenômeno turismo. Nesse sentido, Panosso Neto (2003) argumenta que os estudos do turismo são fragmentados, reflexo da formação de pesquisadores que não tiveram sua formação primeira em cursos de graduação em turismo, os quais tendem a explicar o turismo teórica e metodologicamente a partir da sua área de conhecimento e/ou atuação. Desse modo, embora o objeto de estudo seja único, o enfoque se modifica de acordo com a área de formação do pesquisador.

Essa característica da área certamente se reflete na formação acadêmica dos egressos dos cursos superiores de Turismo, o que vem justificar as preocupações com a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, os cursos de graduação em turismo vem sendo alvo de reflexões tornando-se a qualificação do bacharel em turismo, assunto debatido recorrentemente em eventos científicos.

A obtenção do grau de bacharel em turismo deve ser garantia de que o acadêmico teve acesso ao conhecimento na área e de que, potencialmente, tem competência no *saber fazer*. O *saber fazer* está ligado ao domínio dos conhecimentos teóricos científicos e técnicos da área.

Nessa perspectiva as instituições de ensino superior precisam corresponder a um padrão de qualidade, que atenda as exigências e necessidades de formação desse profissional.

Assim sendo, regular e avaliar a qualidade do ensino ofertado pelos cursos superiores de turismo no Brasil é importante, para poder dar conta de valores que tornem os egressos, cidadãos competentes e adequados ao seu meio, para que a nova geração de profissionais possa ter rumo definido e visão clara da realidade.

Na perspectiva de garantir qualidade no ensino superior brasileiro foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), que avalia periodicamente as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes.

Entende-se que os dados resultantes do Enade são importantes, porque os mesmos podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas da instituição e do curso, pois são

importantes referências para o conhecimento da realidade institucional e para a permanente busca da melhoria da qualidade da graduação.

Associado a isso, e considerando que o bem econômico mais importante de qualquer país será, cada vez mais, o capital intelectual que ele produz, surge a inquietação para nós profissionais do mundo acadêmico, refletir sobre a qualidade dos cursos superiores de turismo ofertados no Brasil.

Desse modo, o presente estudo propõe-se a apresentar algumas reflexões sobre o desempenho dos Cursos da área de Turismo no Brasil, tomando como base os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes-Enade/2012.

1. O Ensino Superior de Turismo no Brasil

O ensino superior em Turismo no Brasil ocorreu em 1971, com a criação do primeiro curso de Turismo na Faculdade de Turismo de Anhembi (SP). Em 1972, o estado do Rio cria um curso superior de Turismo na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) através de uma parceria entre a instituição e a Universidad Autonoma de Guadalajara. Também em 1972, no estado do Rio Grande do Sul surge o primeiro curso de Graduação em Turismo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS em Porto Alegre, criado pelo Parecer 35/71, do Conselho Federal de Educação e denominado Curso Superior de planejamento de Turismo integrando à Faculdade dos Meios de Comunicação Social, FAMECOS (atual Faculdade de Comunicação Social), com duração de três anos, no turno da noite.

Nos anos de 1980 continuaram a surgir outros cursos superiores de turismo, como os do Instituto Newton Paiva, em 1980, em Belo Horizonte; da Faculdade de Turismo da Bahia, em 1984, em Salvador; e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, em 1985, em Foz do Iguaçu (Trigo, 1998).

As oscilações econômicas que o país vivenciou a partir da década de 1980, atingiram diretamente a indústria do turismo e da hospitalidade, refletindo na expansão dos cursos de turismo e hotelaria. De acordo com a análise de Ansarah (2002), a expansão do ensino superior em Turismo ocorreu em quatro fases: a primeira, na década de 1970, é marcada pela criação do primeiro curso de turismo na Faculdade Anhembi Morumbi, hoje Universidade Anhembi Morumbi, com expansão moderada, totalizando dez cursos no final da década e com oferta direcionada às grandes capitais brasileiras como SP e RJ; a segunda fase, na década de 1980, marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive o fechamento de vários cursos; a terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras, abrangendo e estendendo-se ao interior de vários estados; a quarta fase caracteriza-se pela busca do equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de

cursos de turismo com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização, como recomenda a LDB, 1996.

A retomada do crescimento do Turismo no Brasil acontece a partir da década de 1990, oriundo de uma política de Governo com investimentos no setor que impulsionou o desenvolvimento de cidades turísticas já conhecidas, ou com potencial, engajadas no PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo dentro da Política Nacional de Turismo, no período de 1996-1999, fez com que a escassez de recursos humanos qualificados fosse transformada em oferta de cursos para a qualificação profissional em todos os níveis (Cavalcanti; Hora, 2002).

As taxas de crescimento dos cursos de Turismo no período de 1994 a 2000 foram, segundo Rejowski (2001) as seguintes: 12,5% em 1996, em relação a 1994; 66% em 1998, em relação a 1996; e 259% em 2000, em relação a 1998, onde, nesse último período, houve crescimento mais significativo. Observa-se assim, uma valorização do turismo no âmbito acadêmico, ocasionando uma explosão de cursos superiores de turismo, a maioria em instituições privadas.

Desse modo, as instituições de ensino superior, principalmente as privadas, cientes de que era um curso barato de se constituir em termos de proposta e contando com as facilidades da legislação, abriram vários cursos de Turismo no Brasil.

Entende-se que, a trajetória do ensino superior em turismo não difere do cenário da educação superior brasileira, ou seja é marcado por uma expansão pela via privada que ocorreu prioritariamente através de instituições organizadas academicamente como faculdades isoladas, voltadas para o ensino de graduação e sem a obrigatoriedade da atividade de pesquisa, evidenciando um amplo predomínio do setor privado tanto no que se refere às instituições como às matrículas e números de cursos.

Desse modo, o cenário da educação superior em turismo é demarcado por preocupações relacionadas à qualidade do ensino ofertado, e ao desempenho das suas instituições de ensino, assim como a educação superior brasileira como um todo.

A preocupação com a qualidade da educação superior no Brasil, tem sido o centro das atenções das instituições de ensino que procuram assumir compromissos e mais responsabilidades no âmbito social, como exigência de aprimoramento, bem como na esfera governamental através de suas políticas.

Do mesmo modo, no Brasil, as políticas e os mecanismos de avaliação tem sido o centro da agenda de discussões sobre educação superior, nos estudos e pesquisas que abordam a implantação de políticas que assegurem a qualidade das atividades acadêmicas e dos processos formativos.

Para Boaventura (2004) as transformações da última década, apesar de terem sido dominadas pela mercadorização da educação superior, não se reduziram isso, envolveram transformações nos processos e na contextualização social de conhecimento.

A formação do profissional do século XXI requer a superação de uma visão puramente instrumentalista ou tecnicista do conhecimento, descartando uma fragmentação do saber. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos críticos, empreendedores e, sobretudo, cidadãos comprometidos com um salto civilizatório.

Para dar conta dessa perspectiva é necessário promover e assegurar a qualidade das atividades e processos formativos no interior das instituições de ensino superior brasileiras, como expressão do seu compromisso social. Nesse sentido, entende-se a importância de regular e controlar a qualidade da oferta dos cursos dessas instituições, de modo que sistemas de avaliação respondam por um papel crítico na garantia da qualidade do ensino ofertado.

A preocupação com a avaliação do ensino superior não é recente e já se fez sentir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 (art. 9º, IX), assim como no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010, art. 4º), onde refere que a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação, bem como estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento.

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem como finalidades, entre outras, a melhoria da qualidade da Educação Superior e contribuir para a avaliação dos cursos de graduação por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes.

Entretanto, não se pode esquecer que, como afirma Dias Sobrinho (2004) toda avaliação opera com valores, nenhuma é desinteressada e livre das referências valorativas dos distintos grupos sociais. Para o autor toda avaliação corresponde e quer servir a uma certa concepção de educação que, por sua vez, está integrada a uma idéia de sociedade.

Cada proposta de avaliação sustenta os valores propostos por um determinado governo ou sociedade, e é com base em seus diagnósticos, que são elaboradas as políticas públicas, valorizados programas, saberes e práticas.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2004, p. 97) aponta que (...) nenhum Estado moderno desenvolvido pode abrir mão da avaliação.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foi proposto como um sistema de avaliação da qualidade com periodicidade, de avaliações no interior das instituições com critérios pré-estabelecidos, com várias formas de intervenção, ou seja com participação dos comitês internos e externos, de estudantes, e comunidade. Esse sistema de avaliação pode ser entendido como promotor *de* qualidade, ao questionar os sentidos da formação em Educação Superior e o conceito de sociedade que sustenta a missão e a prática na instituição de ensino, quanto como mecanismo de regulação, na ação do poder público ao estabelecer normas de organização e funcionamento das instituições.

O SINAES é composto pela Avaliação Institucional, que envolve dois momentos distintos: autoavaliação e avaliação externa; Avaliação de Cursos de Graduação (ACG), que avalia as

condições de ensino oferecida aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos pilares do SINAES, aliado aos processos de Avaliação de Cursos e de Avaliação Institucional, e tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes de educação superior. Busca medir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Constitui-se em um importante instrumento de aferição e de promoção da qualidade para os cursos de graduação e para as políticas de educação superior do país (Inep,2012).

O Enade tem como propósitos contribuir para a avaliação dos cursos de graduação por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes, possibilitar aos cursos o acompanhamento dos resultados de suas ações pedagógicas, bem como avaliar comparativamente a formação oferecida pelas IES aos estudantes das respectivas áreas avaliadas. É aplicado periodicamente a todos estudantes de todos os cursos de graduação por áreas, garantida uma nova aplicação nas referidas áreas, em um prazo máximo de três anos.

No Enade, o componente denominado Formação Geral é comum às provas das diferentes áreas de conhecimento e avalia as competências, habilidades e conhecimentos gerais, desenvolvidos pelos estudantes, que facilitam a compreensão de temas fora da área específica da profissão. O Componente conhecimento específico, corresponde a especificidade de cada área, no âmbito dos conhecimentos e habilidades do perfil profissional (Inep, 2013).

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, aplicado periodicamente aos estudantes das diversas áreas do conhecimento que tenham cumprido os requisitos mínimos estabelecidos, caracterizando-os como ingressantes ou concluintes. No histórico escolar do estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação em conformidade com o estabelecido em lei (Inep, 2013). No ano de 2012, o Enade foi aplicado somente aos estudantes concluintes, àqueles que estavam no último ano dos cursos de graduação.

2. Metodologia

O estudo baseou-se fundamentalmente nos dados constantes no Relatório do Enade/2012 e de informações disponibilizadas no site do Inep/Mec. Foram levantados e analisados os resultados dos cursos da área de turismo na prova do Enade/2012, descrevendo e comparando o desempenho dos mesmos, através de grandes regiões do Brasil e de categorias administrativas. Os dados levantados foram organizados e sistematizados em tabelas através de distribuição de frequência absoluta e relativa, para melhor clareza e entendimento das informações sobre o desempenho dos cursos, efetuando-se uma análise descritiva dos resultados encontrados.

3. Desempenho dos Cursos Superiores da área de turismo no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/Enade

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/Enade, avalia dois componentes da formação do aluno, o Componente da Formação Geral, onde é investigado se os graduandos das IES evidenciam compreensão de temas que transcendem ao seu ambiente próprio de formação e que sejam importantes para a realidade contemporânea e o Componente da Formação Específica que toma como referência o perfil do profissional, definido pela Resolução CNE/CES n.013 de 24 de novembro de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Turismo.

A avaliação do desempenho dos estudantes participantes do Enade é expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, que atendem aos requisitos das avaliações integrantes do SINAES, que são orientadas por indicadores de qualidade, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória.

Conforme dados levantados do Relatório do Enade/2012, participaram deste Exame, 191 cursos da área de Turismo de 24 unidades da federação, sendo que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná responderam por quase a metade (47,7%) dos cursos avaliados. Desse total, 22 ficaram sem conceito (SC), por encontrarem-se em um dos casos: cursos com apenas um participante concluinte presente na prova do Enade, o que legalmente impediria a divulgação do conceito Enade, visto que na verdade, estaria sendo divulgada a nota do aluno, algo não permitido; caso de cursos que não contaram com nenhum aluno presente no Exame e, portanto, não é possível calcular um conceito nessa situação. Nessas duas situações os cursos não recebem conceito e são excluídos da divulgação.

Tomando-se como referência os dados constantes na tabela1, observa-se que a região Sudeste teve a maior representação de cursos no Enade, 76 (39,8%) do total de (191) cursos participantes. As regiões Nordeste e Sul participaram com 49 (25,7%) e 36 (18,8%) respectivamente do total de cursos. A menor representação foi da região Norte, com 11 cursos (5,7%), seguida da região Centro-Oeste com 19 cursos (9,9%).

As informações constantes do relatório do Enade/2012 apontam que em todas regiões do Brasil, tanto nas instituições privadas como nas públicas, o conceito 3 foi prevalente. Constata-se que 73 (38,2%) de cursos obtiveram o conceito 3 dos 191 cursos participantes. O conceito 4 foi recebido por 29 cursos (15,2%) e os conceitos 2 e 1, considerados como não satisfatórios quanto aos critérios de qualidade estabelecidos pelo SINAES foram recebidos por 50 cursos (26,2%) e por 7 cursos (3,7%), respectivamente. O conceito 5 mostrou-se igualmente distribuído entre os cursos das IES públicas (5) e privadas (5), totalizando 10 cursos (5,2%), do total. Desses 10 cursos, 7 pertenciam a universidades.

Nas instituições públicas o conceito 3 foi atribuído a 16 cursos (36,4%) dos 44 participantes e nas privadas este conceito foi atribuído a 57 (38,8%) do universo de 147.

Tabela 1. Número e Percentual de Cursos da área de Turismo por Grandes Regiões segundo o conceito obtido no Enade/2012

N.º de Cursos	Região					
	Brasil N (%)	Norte N (%)	Nordeste N (%)	Sudeste N (%)	Sul N(%)	Centro Oeste N (%)
Total	191 (100%)	11 (11,8%)	49 (25,7%)	76 (39,8%)	36 (18,8%)	19 (9,9%)
Sem Conceito	22 (11,5%)	0 (0,0%)	11 (22,4%)	9 (11,8%)	1 (2,8%)	1 (5,3%)
Conceito 1	7 (3,7%)	2 (18,2%)	2 (4,1%)	1 (1,3%)	0 (0,0%)	2 (10,5%)
Conceito 2	50 (26,2%)	4 (36,4%)	10 (20,4%)	16 (21,1%)	11 (30,6%)	9 (47,4%)
Conceito 3	73 (38,2%)	3 (27,3%)	19 (38,8%)	31 (40,8%)	14 (38,9%)	6 (31,6%)
Conceito 4	29 (15,2%)	1 (9,1%)	4 (8,2%)	16 (21,1%)	7 (19,4%)	1 (5,3%)
Conceito 5	10 (5,2%)	1 (9,1%)	3 (6,1%)	3 (3,9%)	3 (8,3%)	0 (0,9%)

Fonte: Adaptado de Inep/Sinaes/Enade (2013)

Ao se comparar a distribuição dos conceitos entre as grandes regiões brasileiras, observa-se que o conceito 3 predominou entre os cursos da região sudeste, abrangendo 40,8% do total de 76 cursos, na região sul alcançando 38,9% dos 36 cursos participantes do Enade, bem como na região nordeste (38,8%) do total de 49 cursos. O conceito máximo (5) foi atribuído igualmente nas regiões nordeste (3), sudeste (3) e sul (3), sendo que a região sul proporcionalmente, atingiu o maior percentual das três regiões (8,3%) em relação ao número total de cursos. Entretanto, a região norte ao obter conceito 5 com um curso alcançou o percentual de 9,1% do seu total de cursos. Na região centro oeste nenhum curso recebeu o conceito máximo (5). A região sudeste comparada a outras regiões, foi aquela que apresentou a maior proporção de cursos com conceito 4 (21,1%) do total de seus cursos, seguida da região sul (19,4%).

Somando-se os percentuais dos conceitos 2 e 1, atribuídos a cursos considerados com desempenho abaixo do satisfatório, observa-se que o maior predomínio desses conceitos ocorreu na região centro oeste (57,9%), e na região norte (54,6%), ou seja, mais da metade dos cursos da área de turismo ofertados por essas regiões, oferecem um ensino que não atende aos critérios de qualidade estabelecidos pelo SINAES. No que diz respeito ao total de cursos avaliados observa-se que, 58,6% dos mesmos alcançaram conceito 3 ou mais, atendendo aos critérios de qualidade do SINAES e aproximadamente 30% não atenderam esses critérios, evidenciando problemas quanto a qualidade do ensino ofertado.

Tabela 2. Distribuição dos conceitos dos Cursos da área de Turismo por categoria administrativa Segundo as Grandes Regiões - Enade/2012

	N.º IES	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS							INSTITUIÇÕES PRIVADAS						
		CONCEITO							CONCEITO						
		TOTAL	SC	1	2	3	4	5	TOTAL	SC (%)	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)
Brasil	191	44 23,1%	0 0%	1 2,3	10 23	16 36,4	12 27,3	5 11,4	147 76,9%	22 15	6 4,1	40 27,2	57 38,8	17 11,6	5 3,4
Norte	11	3	0	0	2	0	0	1	8	0	2	2	3	1	0

		27,3	0%	0%	6,1	0%	0%	9,1		0	25	25	37,5	12,6	0%
Nordeste	49	16 33,3	0 0%	0 0%	3 6,1	8 16,3	4 8,2	1 2%	33	11 33,3	2 6,1	7 21	11 33,3	0 0%	2 6,1
Sudeste	76	12 15,8	0 0%	0 0%	0 0%	4 5,3	6 7,9	2 2,6	64	9 14,1	1 1,6	16 25	27 42,2	10 15,6	1 1,6
Sul	36	8 22,2	0 0%	0 0%	1 2,7	4 11	2 5,5	1 2,7	28	1 3,6	0 0	10 35,7	10 35,7	5 17,8	2 7,1
Centro Oeste	19	5 26,3	0 0%	1 5,3	4 21	0 0%	0 (0%)	0 0	14	1 7,1	1 7,1	5 35,7	6 42,8	1 7,1	0 0%

Fonte: Adaptado de Inep/Sinaes/Enade (2013)

No que diz respeito a distribuição dos conceitos aos cursos participantes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes na Área de Turismo de 2012, considerando a categoria administrativa, observa-se conforme os dados da tabela 2, que dos 191 Cursos de graduação participantes, a predominância foi de cursos pertencentes a IES privadas que concentraram 76,9% de cursos dessa natureza. Os cursos pertencentes as IES públicas representaram 23,1% do total de cursos. A região Nordeste mostrou a maior proporção de cursos em instituições públicas 16 (33,3%) de um total de 49 e a região Sudeste a maior proporção de cursos em instituições privadas 64 (84,2%) de um total de 76 cursos. A região sudeste também concentrou o maior número de cursos 64 (43,5%) do total geral (147) de cursos pertencentes à instituições privadas que participaram do Enade/2012. A região nordeste concentrou o maior quantitativo nacional 16 (36,4%) de cursos dos 44 da categoria pública.

O relatório do Enade/2012 evidencia que do total de 191 cursos participantes do Exame, 81 (42,4%) eram oferecidos por Universidades, 24 (12,6%) pertenciam a Centros Universitários e 86 (45,0%) faziam parte de Faculdades (Inep,2013).

Cabe ainda destacar, que, 24,1% dos cursos pertencentes as IES privadas não atenderam aos critérios de qualidade estabelecidos pelo SINAES, recebendo conceito abaixo de 3, enquanto que 5,7% dos cursos de natureza pública também não atenderam aos referidos critérios. Os dados revelam que proporcionalmente, as IES públicas tiveram menos cursos com conceito abaixo de 3, do que as IES privadas. Cabe destacar, que o pior desempenho das IES públicas ocorreu na região centro Oeste, onde todos os cursos desta natureza, receberam conceito insatisfatório e o melhor desempenho ocorreu na região Sudeste, onde 8 (66,7%) de 12 cursos obtiveram conceito 4 ou 5 e nenhum curso recebeu conceito abaixo de 3. Destaca-se que na região sudeste o conceito 4 predominou entre os cursos de natureza pública e o conceito 3 entre os cursos de natureza privada. No que diz respeito as IES privadas, o melhor desempenho ocorreu na região sul, onde 17 cursos (60,7%) do total de 28 receberam conceito 3 ou mais, seguida da região sudeste com 38 cursos, aproximadamente (60%) de 64 cursos nessa mesma condição. O pior desempenho das IES privadas ocorreu na região norte, onde 4 (50%) de 8 cursos, receberam conceito abaixo de 3. Observa-se que, na região centro Oeste nenhum curso recebeu conceito 5.

De modo geral, a média das notas dos alunos na prova do Enade/2012, abrangendo os componentes de Formação Geral e de Conhecimento Específico foi 42,1, sendo que os alunos da região Sudeste obtiveram a média mais alta (43,2) e os da região Centro-Oeste obtiveram a média mais baixa (37,6). As demais médias foram: 43,0 na região Sul, 41,8 na região Nordeste e 40,5 na região Norte (Inep,2013). A região que obteve a maior nota máxima foi a Nordeste (80,7), ao passo que a região que atingiu a menor nota máxima foi a Centro-Oeste (72,2). Esses dados estão estreitamente relacionados ao desempenho dos cursos por região como um todo, onde a região centro oeste recebeu os conceitos mais baixos.

Nos dados por Categorias Administrativas observa-se que existe diferença estatisticamente significativa entre as médias das notas das IES Públicas e Privadas. A média dos alunos de IES Públicas (44,5) é maior que a dos alunos de IES Privadas (40,9), com uma diferença de 3,6 entre elas (Inep, 2013). Esses dados vem ratificar o melhor desempenho das IES públicas em relação as privadas.

No que diz respeito as questões do Componente de Conhecimento Específico, a média do desempenho dos alunos do Brasil como um todo foi 41,3. A maior média foi obtida na região Sul (42,6), e a menor, na região Centro-Oeste (36,5). As demais médias foram: 42,5 na região Sudeste, 40,8 na região Nordeste e 40,3 na região Norte (Inep, 2013). Portanto, a região centro oeste sempre apresenta o pior desempenho na comparação por regiões. Olhando-se a partir da Categoria Administrativa existe diferença entre as médias das IES Públicas e Privadas, com a maior média, também, sendo obtida por alunos de IES Públicas (44,1).

Nas considerações sobre o desempenho dos estudantes na prova, os avaliadores mostraram preocupações a respeito do entendimento dos alunos sobre desenvolvimento sustentável, do conhecimento limitado dos mesmos sobre a Legislação de Turismo, bem como sobre demanda turística, sobretudo internacional. Foi destacada a necessidade dos cursos nos conteúdos programáticos enfatizarem o papel do Código de Ética Mundial do Turismo da OMT e as características da demanda internacional (Inep,2013).

4. Algumas Considerações

A expansão e democratização do acesso à educação superior no Brasil, trouxe a preocupação com a garantia da qualidade de oferta desse nível de ensino, pois a maior oferta de serviços educativos aumenta a necessidade de proporcionar informações aos interessados, sobre a formação oferecida. Manter padrões mínimos de qualidade exige a criação de mecanismos de regulação, de avaliação e de controle por parte dos órgãos fiscalizadores.

Nessa direção, a análise do desempenho dos acadêmicos dos cursos da área de turismo no Enade/2012, possibilitou conhecer a dimensão da qualidade do ensino oferecido por esses cursos, servindo de ponto de partida para a percepção do presente e, simultaneamente, para a identificação dos espaços que se descortinam para o profissional da área, nas disputas do mercado de trabalho.

Os dados analisados sobre o desempenho dos estudantes da área de turismo sinalizam aspectos interessantes sobre a qualidade do ensino ofertado. Pode-se observar que as instituições públicas de modo geral obtiveram melhor desempenho que as IES privadas, não só através dos conceitos obtidos, como também com relação a média obtida na prova pelos alunos. Nas questões referentes ao conhecimento específico, relacionado ao perfil do profissional conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, as maiores médias foram obtidas por cursos de natureza pública da região sul e sudeste. Os cursos pertencentes as instituições públicas apresentaram o melhor desempenho na região sudeste, e o pior desempenho na região centro oeste. Já os cursos de natureza privada tiveram o melhor desempenho nas regiões sul e sudeste e o pior desempenho na região norte.

De maneira geral, o percentual de cursos com conceito 3 não apresenta diferenças significativas entre os cursos de natureza pública e privada.

Acredita-se que os resultados do Enade consultados e analisados, contribuem para evidenciar os cursos de turismo do Brasil que já estão consolidados, com propostas político pedagógicas de qualidade e aqueles que se encaminham para a consolidação, que ainda necessitam de políticas acadêmicas e ações pedagógicas nas IES, capazes de melhorar a qualidade do ensino ofertado.

Considera-se entretanto que, no âmbito dos cursos pertencentes à IES públicas, tem-se presente que o ensino ofertado não deve ficar preso ao papel de máquina de produtividade econômica e de competitividade. O mesmo não pode se engarrafar nas ruas do mercado, perdendo seu potencial crítico, sua autonomia de pensamento, seus compromissos e responsabilidades sociais com a educação superior.

Entende-se que, o cenário descrito sobre o Enade/2012 na área de turismo, está relacionado com o cenário atual de fechamento de alguns cursos ou redução de suas turmas, pois aproximadamente 30% dos cursos participantes do Enade/2012 não atingiram o conceito 3, considerado satisfatório em relação ao desempenho dos seus alunos. Este panorama, tangencia uma reflexão político-social sobre a pedagogia universitária que prevalece nessa formação profissional, bem como, sobre os conteúdos teóricos metodológicos da área.

Portanto, apresenta-se como desafio para esta formação profissional, buscar como um todo, um padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando avanços pedagógicos compatíveis.

Referências

Ansarah, Marília Gomes dos Reis(2002). *Formação e capacitação profissional em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.

Boaventura de Souza Santos (2005). A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto, Portugal, n.º 23, p.137-2002.

Cavalcanti, K. B., e Hora, A. S. E. (2002). Política de Turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, ECA/USP, São Paulo, vol 13 (2), 54-73.

Dencker, A. (2002), *Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: uma experiência no curso de turismo*, Editora Aleph, São Paulo.

Dias Sobrinho J. Avaliação como instrumento da formação cidadã e desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ética epistemologia da avaliação. In Ristoff, Dilvo; e Almeida Jr. Vicente de Paula, org. (2004) *Avaliação Participativa*. Perspectivas e Debates, MEC/INEP, Brasília.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP.-SINAES(2013). *Enade 2012- Relatório Síntese- Turismo* . Brasília,. Recuperado em 23 de dezembro de 2013 de www.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatório_síntese/2012/2012_rel_turismo.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. (2012) *Manual Enade/2012*. Brasília. Recuperado em 20 de novembro de 2013 de Inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2012_v2.pdf

Panosso Netto, A.; Trigo, L. G. G. (2003). *Reflexões sobre um Novo Turismo: política, ciência e sociedade*. São Paulo: Aleph.

Rejowski, Mirian. (2001) *Ensino em turismo no Brasil: reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000*. In: BARRETTO, Margarita; REKOWSKI, Mirian. Turismo: interfaces e incertezas. Caxias do Sul, RS: Educs.

Trigo, L. G. G. (1998). *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas: Papirus.